

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
PREFÁCIO.....	XXV
INTRODUÇÃO	01

CAPÍTULO 1

APONTAMENTOS TEÓRICO-JURÍDICOS PRELIMINARES

1. Norma Jurídica	07
1.1 Palavras Iniciais	07
1.2 Os “Problemas” da Linguagem Natural	08
1.2.1 A Vagueza	08
1.2.2 A Ambiguidade	10
1.3 Os Usos da Linguagem	13
1.3.1 A função informativa	14
1.3.2 A função expressiva	18
1.3.3 A função diretiva	18

1.4 Normas e Formulações Normativas	26
1.5 Existência.....	47
1.6 Validade	53
1.7 Lógica e Ciência do Direito	58
1.7.1 O sistema <i>standard</i> da lógica deôntica de GEORG HENRIK VON WRIGHT	60
1.7.2 A lógica de proposições normativas de CAR- LOS ACHOURRÓN	71
1.8 A Reconstrução Racional do Sistema e o Modelo para os Sistemas Normativos de CARLOS ALCHOUR- RÓN e de EUGENIO BULYGIN	81
1.8.1 Introdução.....	81
1.8.2 O Universo de Discurso e o Universo de Ações	83
1.8.3 O Universo de Propriedades e o Universo de Casos	85
1.8.4 O Universo de Soluções	91
1.8.5 O Sistema Normativo e o Sistema Jurídico...	95
1.8.6 A Reconstrução Racional do Sistema Normativo.	105
1.8.7 Modificações do Sistema	107
1.9 Concepções sobre as Normas	115
1.10 Tipologia.....	121
1.10.1 JOHN AUSTIN	121
1.10.2 GEORG HENRIK VON WRIGHT	123
1.10.3 HANS KELSEN	132
1.10.3.1 Estrutura lógica das normas primá- rias e secundárias	136
1.10.3.1.1 Introdução.....	136
1.10.3.1.2 O sincategorema “dever-ser”	144

1.10.3.1.3 Estrutura lógica da relação jurídica prescrita no consequente	145
1.10.4 HERBERT HART	148
1.11 Os Princípios Jurídicos	153

CAPÍTULO 2

A ESTRUTURA DA NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA NA VISÃO DA DOCTRINA

2.1 Introdução.....	163
2.2 A hipótese de incidência tributária	172
2.2.1 A Expressão “Fato gerador” e sua crítica.....	172
2.2.2 Hipótese.....	179
2.2.2.1 O critério material	181
2.2.2.2 O critério temporal	203
2.2.2.3 O critério espacial	212
2.2.2.4 Critério pessoal	214
2.3 As determinações do consequente	218
2.3.1 Introdução.....	218
2.3.2 A determinação subjetiva.....	222
2.3.2.1 O sujeito ativo.....	223
2.3.2.1.1. A Parafiscalidade	238
2.3.2.2 A sujeição passiva	246
2.3.2.2.1 Introdução.....	246
2.3.2.2.2 A visão da doutrina brasileira sobre a sujeição passiva.....	247
2.3.2.2.3 A Solidariedade.....	270
2.3.2.2.4 Contribuintes.....	276

2.3.2.2.5 Responsáveis	287
2.3.2.2.5.1 A responsabilidade na teoria do direito	287
2.3.2.2.5.2 A responsabilidade em WESLEY NEWCOMB HOHFELD	288
2.3.2.2.5.3 A responsabilidade em HANS KELSEN	288
2.3.2.2.5.4 A responsabilidade em ALF ROSS	291
2.3.2.2.5.4.1 Ross e as “ferramentas técnicas de apresentação”	291
2.3.2.2.5.4.2 O conceito de responsabilidade é distinto de suas condições	294
2.3.2.2.5.4.3 A responsabilidade é um conceito “Tû-Tû”?	301
2.3.2.2.5.5 A Responsabilidade para HERBERT HART	305
2.3.2.2.5.5.1 Introdução	305
2.3.2.2.5.5.2 A “role-responsibility” ou a responsabilidade como dever decorrente de cargo ou função	307
2.3.2.2.5.5.3 A “Causal-responsibility” ou a responsabilidade como causalidade	309
2.3.2.2.5.5.4 A “Legal liability-responsibility” ou responsabilidade-sancionabilidade	310
2.3.2.2.5.5.5 A “capacity-responsibility” ou responsabilidade como capacidade	315

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E REGRAS-MATRIZES DE INCIDÊNCIA DO
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

2.3.2.2.5.6 Entre conceitos, paradigmas, juízos e instituição da respon- sabilidade: a contribuição de PABLO LARRAÑAGA.....	316
2.3.2.2.5.6.1 Introdução.....	317
2.3.2.2.5.6.2 Os paradigmas da responsa- bilidade: o penal e o civil.....	320
2.3.2.2.5.6.3 A estipulação de conceitos de PABLO LARRAÑAGA.....	322
2.3.2.2.5.7 As acepções de responsabi- lidade de DANIEL MONTEIRO PEIXOTO a partir da classifica- ção de EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI.....	325
2.3.2.2.6 Sobre a disposição geral sobre a responsabilidade tributária.....	334
2.3.2.2.7 Sujeição passiva e domicílio tribu- tário	342
2.3.3 A determinação objetiva.....	344
2.3.3.1 Introdução.....	344
2.3.3.2 A base de cálculo.....	345
2.3.3.2.1 Introdução.....	345
2.3.3.2.2 Funções.....	346
2.3.3.2.3 A base de cálculo e a sua inexistên- cia nos chamados tributos fixos.....	348
2.3.3.2.4 Base de cálculo e base calculada...	349
2.3.3.3 A alíquota	350
2.3.3.4 O momento e o local do pagamento do tributo	351

CAPÍTULO 3

A CRIAÇÃO CONSTITUCIONAL DO TRIBUTO E A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

3.1 Introdução.....	355
3.2 Sobre as Normas de Competência.....	358
3.2.1 Normas de Competência como Normas de Conduta	361
3.2.1.1 Normas Permissivas.....	361
3.2.1.2 Normas de Obrigações Indiretas	364
3.2.2 Normas de Competência como Normas Téc- nicas	367
3.2.3 Normas de Competência como Normas Con- ceituais.....	368
3.2.4 Normas de Competência como Normas Constitutivas.....	372
3.3 A Competência Tributária e a Criação Constitucio- nal do Tributo.....	372
3.4 Características da Competência Tributária	382
3.5 Lei Complementar e suas Funções.....	395

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO IPI

4.1 Princípio Republicano	401
4.2 Princípio da Federação	404
4.3 Princípio da Tripartição das Funções	407
4.4 Princípio da Segurança Jurídica.....	410
4.4.1 Princípio da Anterioridade	414

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E REGRAS-MATRIZES DE INCIDÊNCIA DO
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS – IPI

4.4.2 Princípio da Irretroatividade	425
4.4.3 Princípio da Legalidade.....	426
4.4.3.1 A Ideia de Autoimposição Normativa ..	426
4.4.3.2 Conteúdo do Princípio da Legalidade ..	428
4.4.3.3 Mitigações ao Princípio da Legalidade ..	431
4.4.3.3.1 As prescrições do art. 153, §1º, da Constituição Federal de 1988	431
4.4.3.3.1.1 A não recepção do art. 4º do Decreto-lei 1.199/71 pela Cons- tituição Federal de 1988.....	436
4.4.3.3.1.2 As incompatibilidades do art. 4º do Decreto-lei 1.199/71 com a Constituição Federal de 1988...	442
4.4.3.3.1.3 A necessária motivação do de- creto que altera as alíquotas do IPI.....	444
4.4.3.3.2 Medidas Provisórias e a matéria tributária	447
4.5 Princípio da Igualdade.....	453
4.5.1 Princípio da Capacidade Contributiva.....	458
4.5.1.1. Introdução.....	458
4.5.1.2 Capacidade contributiva absoluta ou objetiva, relativa e subjetiva.....	461
4.5.1.3 Capacidades Econômica, Contributi- va e Financeira	464
4.5.1.4 Limites à Capacidade Contributiva	465
4.5.1.5 A Capacidade Contributiva e os cha- mados Impostos Indiretos	472

4.5.1.6 Princípio da Seletividade	473
4.5.1.6.1. Introdução.....	473
4.5.1.6.2 A noção de essencialidade.....	476
4.5.1.6.3 Princípio da Seletividade: Capacidade Contributiva <i>versus</i> Extrafis- calidade.....	483
4.5.1.6.4 Aplicação do Princípio da Seletivi- dade e o controle jurisdicional.....	486
4.5.1.7 Princípio da não cumulatividade	487
4.5.1.7.1 Introdução.....	487
4.5.1.7.2 O significado dos termos “cobra- do” e “pago”, da Constituição Fe- deral e do Código Tributário Na- cional.....	490
4.5.1.7.3 A Não cumulatividade adotada pela Constituição brasileira no que respeita ao IPI	494
4.5.1.7.4 A Não cumulatividade e a aquisi- ção de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero, imunes ou não tri- butados	496
4.5.1.7.5 A Não cumulatividade e os produ- tos cujas saídas são isentas, tribu- tadas à alíquota zero ou não tri- butadas. Considerações acerca do art. 11 da Lei 9.779, de 19 de janei- ro de 1999	518
4.5.1.7.6 A não cumulatividade e as opera- ções com contribuintes optantes pelo SIMPLES Nacional.....	525

CAPÍTULO 5

O ANTECEDENTE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA DO IPI

5.1 Introdução.....	531
5.2. Critério material	532
5.2.1 A noção de “produto industrializado”: a parcela do complemento verbal	532
5.2.2 A conduta que enseja a incidência do IPI: o verbo pessoal e o restante de seu complemento	545
5.2.3 Análise da legislação infraconstitucional.....	552
5.2.3.1 Realizar operações com produtos industrializados	552
5.2.3.2 Importar produtos industrializados ...	555
5.2.3.3 Arrematar produtos industrializados.	568
5.2.3.4 A tensão com tributos estaduais e municipais.....	570
5.2.3.4.1 IPI <i>versus</i> ICMS	571
5.2.3.4.2 IPI <i>versus</i> ISS	573
5.3 Critério pessoal	580
5.4 Critério espacial	581
5.4.1 Na realização de operações com produtos industrializados	582
5.4.2 Na reimportação de produtos industrializados brasileiros.....	585
5.4.3 Nas arrematações	588
5.5 Critério temporal	588
5.5.1 Na realização de operações com produtos industrializados	588

5.5.2 Na reimportação de produtos industrializados brasileiros.....	591
5.5.3 Nas arrematações	591

CAPÍTULO 6

O CONSEQUENTE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA DO IPI

6.1 Introdução.....	593
6.2 Determinação subjetiva	593
6.2.1 Sujeito ativo	593
6.2.2 Sujeito passivo.....	594
6.2.2.1 Contribuinte	595
6.2.2.1.1 Na realização de operação com produtos industrializados.....	595
6.2.2.1.2 Nas reimportações de produtos industrializados brasileiros.....	596
6.2.2.1.3 Nas arrematações	610
6.2.2.2 Casos de responsabilidade	610
6.2.2.2.1 Transportador do produto industrializado.....	611
6.2.2.2.2 Possuidor do produto industrializado	612
6.2.2.2.3 Responsável por meio de requerimento (Regime Especial).....	613
6.3 Determinação objetiva.....	618
6.3.1 Base de Cálculo.....	618
6.3.1.1 Na realização de operações com produtos industrializados.....	618

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E REGRAS-MATRIZES DE INCIDÊNCIA DO
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS – IPI

6.3.1.1.1 A impossibilidade da inclusão do frete na base de cálculo do IPI.....	621
6.3.1.1.2 A impossibilidade da inclusão dos juros das vendas financiadas na base de cálculo do IPI	626
6.3.1.1.3 A impossibilidade da inclusão dos descontos incondicionais ou dos produtos bonificados na base de cálculo do IPI.....	627
6.3.1.1.4 Tributação fixa e a inexistência de base de cálculo.....	632
6.3.1.2 Nas reimportações de produtos industrializados brasileiros	634
6.3.1.2.1 Procedimento de recepção de tratados internacionais no Direito Positivo brasileiro	638
6.3.1.2.2 Relações do Tratado com o Direito Interno	644
6.3.1.2.3 Métodos para o estabelecimento da base calculada do IPI nas reimportações	646
6.3.1.2.3.1 Método primeiro ou do “valor de transação ajustado”	647
6.3.1.2.3.2 Método segundo ou do valor de transação de produtos idênticos ao importado.....	650
6.3.1.2.3.3 Método terceiro ou do valor de transação de produtos similares	652
6.3.1.2.3.4 Método quarto ou dedutivo....	653
6.3.1.2.3.5 Método quinto ou computado	655

6.3.1.2.3.6 Método sexto ou dos critérios razoáveis ou, ainda, residual..	656
6.3.1.3 O chamado valor tributável mínimo....	657
6.3.2 Alíquota	660
6.3.3 Momento do Pagamento.....	662
CONCLUSÕES.....	665
REFERÊNCIAS.....	697